REVISTA

Especial Regarded in the second secon



NOVEMBRO DE 2019 www.sintufrj.org.br



Consciência Negra



ÍNDICE

5. Racismo na agenda

6. Departamento de Raça e Gênero

7. Sintufrj no Fórum Social Mundial

8. Salve a Consciência Negra

9. Africanidades

10. A força das ações afirmativas

11. Fraude também é racismo

12. A UFRJ depois das cotas

15. Investimentos e cotas mudam perfil da UFRJ

16. Debate discute o negro na universidade

17. Marielle na pauta

18. Juventude negra no alvo

19. O racismo mostra a sua cara

20. Mulheres negras são mais ainda discriminadas

21. Trabalho: negros recebem menos

22. Manual antirracista



OFICINA de turbantes num evento da Consciência Negra no Sintufrj

Combate ao racismo

combate às desigualdades e à violência contra a população negra é agenda essencial da gestão Ressignificar à frente do Sintufrj. Lutar por políticas públicas que superem a barreira do racismo faz parte de nossa pauta permanente.

Segundo o IBGE, apesar de representarem 56% da população brasileira, pretos e pardos estão em desvantagens no mercado de trabalho, apresentam os piores indicadores de renda, condições de moradia, escolaridade, acesso a bens e serviços, além de estarem mais sujeitos à violência e terem baixa representação em cargos de excelência.

São dados objetivos como os citados acima que tornam essencial a luta contra o preconceito – que ganha muitas vezes a dimensão de ódio – numa conjuntura adversa de retrocesso e barbárie.

No cenário universitário, campo de atuação do Sindicato, nossa tarefa é apoiar e fortalecer as políticas como as ações afirmativas, que, aos poucos, vêm transformando a paisagem nas universidades públicas. Defendemos, de forma intransigente, as cotas raciais.

Esta publicação procura apresentar uma síntese dos debates, seminários, eventos que no curso de dois anos de mandato à frente do Sintufrj realizamos, tendo o tema da consciência negra como agenda.

A revista também registra iniciativas institucionais (como a Comissão de Heteroidentificação) que contribuem para a afirmação de políticas de igualdade racial.

Outra parte do conteúdo revela o sintoma de uma sociedade racista e o quanto estamos distantes da reparação histórica que se impõe aos negros do Brasil.





www.sintufrj.org.br

CNPJ: 42126300/0001-61 Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ Cx Postal 68030 CEP 21941-598

EXPEDIENTE Coordenação de Comunicação Sindical:

Kátia da Conceição (in memoriam) e Marisa Araujo

Conselho Editorial:

Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação

Organização:

Coordenadora do Sintufrj Noemi de Andrade

Equipe de Edição:

Ana de Angelis, Bernardo Cotrim e L. C. M.

Reportagem:

Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha

Estagiário:

Lucas Azevedo

Projeto Gráfico:

Edilson Soares Martins

Diagramação:

Edilson Soares Martins

Fotografia:

Renan Silva

Revisão:

Roberto Azul

Tiragem:

5.000 exemplares

Impressão:

3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO:

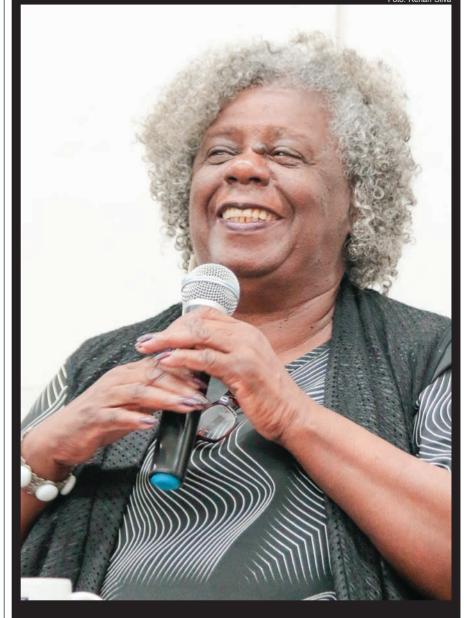
comunic@sintufrj.org.br Telefones: 21 3194 -7112 / 7146

RECEPÇÃO DO SINTUFRJ:

Telefones: 21 3194-7100 / 7101.

EM FOCO

Ento: Donan Silva



Conceição Evaristo é homenageada pela UFRJ

aclamada romancista, contista, poeta e ativista dos movimentos de valorização da cultura negra, **Conceição Evaristo** foi a homenageada na Semana da Consciência Negra do Centro de Tecnologia (CT), na quarta-feira, 13 de novembro, no salão nobre da Decania.

Emocionada, a ex-aluna de Letras da UFRJ agradeceu a homenagem: "É importante cobrar o lugar de pertencimento dos negros e negras na universidade". Os coordenadores do Sintufrj Noemi Andrade e Ruy Azevedo representaram a entidade na solenidade.

Na abertura, Rui destacou a importância de se debater o espaço da negritude na universidade. Noemi encerrou afirmando: "A UFRJ é um espaço de transformação, e, se antes os negros só entravam aqui como mão de obra, hoje em dia ocupam os espaços de produção do conhecimento".

Racismo na agenda

o encarte do **Jornal do Sintufrj** de setembro de 2018, "Brasil Racista", denunciamos o recrudescimento do racismo e o aumento da violência policial contra negros, informamos a mudança do perfil dos alunos da UFRJ decorrente da ações afirmati-

O racismo

recrudesce

vas e publicamos entrevista com a técnica-administrativa Zilda Martins, que produziu o livro Cotas Raciais e o Discurso da Mídia: Um Estudo sobre a Construção do Dissenso.

Já eram tempos de retrocesso. A curva ascendente do preconceito racial se traduzia na violência contra

negros e na complacência de discursos racistas, como os proferidos pelo então candidato da extrema direita à Presidência da República Jair Bolsonaro, hoje presidente.

Nas universidades, a experiência exitosa das cotas inauguradas no governo Lula foi defendida pela direção como política incontestável de reparação social. Então, para dialogar com essa realidade e defender conquistas, o Sintufri criou o Departamento de Raça e Gênero, que teve nas ações afirmativas sua referência. A publicacão do encarte "Brasil Racista" na edição do Jornal do Sintufri, edição 1263, abriu o debate sobre o tema.

VALERIA Alvo de racismo e assédio moral

Valeria e a justa decuntram perque a adrogada esigia es acuso à per din déesa. A justa negari o pelida e desando con como per esigia er acuso à per din déesa. A justa negari o pelida e chama esta de la penta de desa. A justa negari o pelida e chama esta de algonada canocitat la casa camo que esigia en acuso à per din desan de la pelida de desan de la pelida de la cambina de la camb

O ESTIGMA do racismo contamina de ódio a sociedade brasileira

Recrudescimento

A expansão do racismo veio com o aumento da violência contra negros, como atestou o *Atlas da Violência*

2018, do Ipea, que apontou incidência maior de mortes entre jovens negros.

Na capa do encarte, publicamos entrevista com o professor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH), da UFRJ, Jadir Brito, pesquisador do tema, que afirmou haver uma curva ascendente dos casos de racismo no país.

O professor informou que já cresciam, também, a intolerância religiosa por motivos raciais e a desigualdade racial na proporção do avanço do neoliberalismo no Brasil. Jadir afirmou que, mesmo com as políticas compensatórias dos últimos 20 anos e com a maior organização do movimento negro, vários estudos mostravam que a desigualdade no Brasil e o racismo continuavam se expandindo.

A constatação do pesquisador caracteriza o retrocesso em relação à história recente, quando políticas públicas de inclusão e de ações afirmativas para o combate ao racismo levaram a importantes avanços no país. Isso resultou em considerável aumento, embora insuficiente, da presença de negros nas universidades.

O racismo não prosperou isolado. Sua expansão veio com o aumento da violência contra negros. O Atlas da Violência 2018 atesta uma incidência maior de mortes entre jovens negros e pobres em meio à crise econômica e a ataques, o que põe em xeque a democracia num Estado cada vez mais de exceção.



SINTUFRJ organizou roda de conversa com parlamentares negras e representantes do movimento social ligados ao tema

Departamento de Raça e Gênero

mês da Consciência Negra de 2018, com uma série de atividades para os técnicos-administrativos em educação e a comunidade universitária, foi marcado pelo lançamento do **Departamento** de **Raça e Gênero do Sintufrj.**

"Estamos vivendo um momento em que teremos muito retrocesso nas políticas afirmativas. Por isso precisamos nos unir e construir nossa resistência", já anunciava a coordenadora do Sintufrj Noemi Andrade.

Na Praia Vermelha houve a abertura do evento com a exibição do filme *A Negação do Brasil*, seguida de debate, que teve como tema "O Negro na TV". Participaram do

debate os atores Leandro Firmino e Rodrigo dos Santos, a assistente social da UFRJ e integrante do coletivo de mulheres da Escola de Serviço Social Lilian Barbosa e o jovem ator Ricardo Fernandes.

No IFCS houve exibição do filme *Racismo, uma História* e debate com o professor Jorge Nascimento, especializado em história da África, e Rodrigo Santos, ator e pesquisador do tema na UFRJ.

No debate, os pesquisadores sustentaram que o racismo legitima a opressão. Segundo eles, a história oficial renega o papel das populações negras no curso dos tempos, o que é reforçado pelo pensamento intelectual tradicional.

Mulheres negras e o desafio no Parlamento

O desafio que duas mulheres negras eleitas – Renata Souza e Mônica Francisco (PSOL) – enfrentarão no plenário da Assembleia Legislativa, numa conjuntura adversa para a pauta de interesses populares, foi o tema da roda de conversa que marcou o encerramento das atividades do Mês da Consciência Negra.

Encerramento colorido

Cores e sons finalizaram o evento. Além da política, com o debate de mulheres no Parlamento, teve artesanato, batuque e uma sedutora oficina de turbantes, adereços que trouxe graça às participantes. Uma feijoada completou o clima.

RAÇA E GÊNERO

Sintufrj no Fórum Social Mundial

Na reunião de Salvador, foram apresentadas pesquisas envolvendo Raça e Gênero

Sintufri participou do Fórum Social Mundial (FSM) 2018, realizado entre os dias 13 e 17 de março, em Salvador (BA), com uma delegação composta de 34 trabalhadores técnico-administrativos da UFRJ.

Três trabalhos da categoria ligados aos temas raça e gênero foram apresentados: "Aferição das Cotas na UFRJ", por Noemi Andrade (coordenadora do Sintufrj), Denise Góes, Vítor Maurício dos Santos e Frederico do Nascimento; "Genocídio do Povo Negro na Cidade do Rio de Janeiro", por Ivania de Jesus Ribeiro, Ruy de Azevedo, Jeferson Santos e Celso Eduardo Procópio Júnior e "Mulheres Negras Importam", por Marta Batista e Luciene Lacerda.

Violência urbana

A pesquisa "Genocídio do Povo Negro no Rio de Janeiro", apresentada em pôster pelos técnicos-administrativos em educação da UFRJ, teve como base a percepção e o incômodo com a posição que negros e negras ocupam nas estatísticas dos órgãos de segurança pública – eles são as maiores vítimas de crimes violentos e discriminação.

Aferição da autodeclaração

No pôster "Aferição das Cotas na UFRJ", os autores relataram o trabalho realizado pela Pró-Reitoria de Pessoal da UFRJ (na Comissão Especial de Aferição da Veracidade da Autodeclaração pelos cotistas nos concursos para técnicos-administrativos em educação).

O trabalho destacou a importância de desdobramentos da luta histórica do movimento negro para a conquista de reserva de vagas em todas as áreas da sociedade para negros, pretos e pardos.



RESISTIR É CRIAR... slogan que foi marca do Fórum Social Mundial



DELEGAÇÃO DO SINTUFRJ no momento da apresentação no Fórum Social Mundial



Salve a Consciência Negra

m 2017, no Dia da Consciência ■ Negra, 20 de novembro, vários grupos participaram do ato no monumento a Zumbi dos Palmares, na Avenida Presidente Vargas, para homenagear o líder negro e denunciar também o racismo. O Sintufrj, direção e integrantes da categoria marcaram presença protestando também contra as reformas do governo golpista de Michel Temer.

Com a chuva, não houve a tradicio-

nal lavagem do monumento, que foi inaugurado em 1986 pelo então governador Leonel Brizola, com a presença, na época, de líderes negros. "A chuva para nós é sinal de renovação. A chuva nos empodera e fortalece", declarou o presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine), Luiz Eduardo Negrogun.

Nesse dia 20, o Cedine lançou o "negrômetro", que consiste em um aplicativo e em painéis que serão espalhados pela cidade para conscientizar a população do número de negros assassinados no Brasil. "O que estamos vendo recrudescer é o racismo cada vez mais forte. Quando você vê a cada 23 minutos um jovem negro assassinado no país, você vê que isso é uma política deliberada de extermínio. Isto é um racismo estrutural, objetivo e racial", afirmou Negrogun. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), foram registrados, em média, 97 casos de racismo por mês no estado.

O presidente do Cedine salientou, ainda, a importância da denúncia das atitudes racistas pela população negra. "Há muitas pessoas que sofrem o racismo e por questões diversas se calam. Elas não podem se calar. Temos que denunciar e combater, de uma forma agressiva e irreversível, o racismo".

Outra ação de combate ao racismo lançada no dia 20 foi a campanha nas redes sociais, com vídeos e imagens para serem compartilhadas, mostrando o preconceito racial sofrido no cotidiano pela população negra. A iniciativa foi da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos.



aria de Lourdes Sigueira. 81 anos, doutora em Antropologia e Etnologia, escritora e diretora do Ilê Aiyê - o mais antigo bloco afro de Salvador –, mais conhecida como professora Lourdinha, como é carinhosamente referenciada por todos os militantes pelas décadas de estudos dedicados à história de vida (religiosidade, cultura e intelectualidade) dos afrodescendentes e de pessoas de países africanos, foi o centro da roda de conversa no 15 de março, no Espaço Cultural do Sintufrj.

O evento abriu o ciclo de conferências e debates das Jornadas Universitárias de Combate ao Racismo e Promoção da Equidade, promovidas pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely de Souza Almeida (Nepp-DH) e pela Câmara de Políticas Raciais da UFRJ, com apoio do Departamento de Raça e Gênero do Sintufrj.

Conduzida por Noemi Andrade, coordenadora de Esporte e Lazer do Sintufri, e Denise Góes, que integra a Câmara de Políticas Raciais da UFRJ, coordena a Comissão de Heteroidentificação, também da UFRJ, e é militante do Movimento Negro Unificado (MNU), a roda de conversa abordou diversas formas de racismo. As atividades prosseguiram até 20 de março.

Mulher negra

A professora Lourdinha destacou a importância da mulher negra na construção da sociedade brasileira, num processo de resistência que dura cinco séculos: "Estas mulheres tinham, principalmente, uma segurança na ancestralidade que vem das religiões, das irmandades, dos terreiros, da capoeira, quilombos. Tudo isso com base na ancestralidade".

Ela afirma que os movimentos vão se recriando: "Você tem o teatro ex-

perimental do negro, a frente negra. a imprensa negra. Depois, nos anos 70, o Ilê Aiyê (1974) e o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. A partir daí, o movimento negro no cinema, no teatro, na universidade, nas escolas, nas associações, nos sindicatos. Hoje, (o movimento) abarca quase toda sociedade e está presente em todos os lugares".

Resistência

A convidada ilustre concluiu sua participação no debate afirmando: "Acredito que o momento é de intensificarmos a compreensão da necessidade de uma resistência coletiva, de união dos movimentos que têm os mesmos princípios de lutar por uma democracia racial, por igualdade, pelo combate ao racismo, pela compreensão da diversidade. Este país seria mais rico, mais humano, mais solidário se absorvêssemos toda riqueza da diversidade".



Aforça das ações afirmativas

professor Jorge Nascimento, pesquisador do Núcleo de Estudos de Trabalho, Gênero, Raça/Etnia (Negrem), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), afirmou que "as ações afirmativas são uma vitória do movimento negro, que desde a década de 40 já estavam sendo postas em prática na Índia, antes mesmo de chegarem ao Brasil". O pesquisador foi o entrevistado da edição 1267 do **Jornal do Sintufrj**, em outubro de 2018.

De acordo com o pesquisador, a educação brasileira é totalmente eurocêntrica, e isso reflete na meritocracia existente. "A meritocracia é a pior forma de racismo velado. As pessoas possuem a predisposição de dizer que todos têm a mesma oportunidade, independente das classes. Se não conseguem, é por não terem capacidade para isso. Essa visão da classe média legitima a exclusão e a opressão", comenta.

Violência reflete racismo

Para Jorge Nascimento, embora mais da metade da população brasileira (54%) seja constituída de pretos ou pardos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país é extremamente racista.

Um racismo que se reflete em nú-

meros reveladores. De acordo com o *Atlas da Violência 2017*, a população negra também corresponde à maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios.

"Ao ligar a televisão, você já se depara com o racismo. Por exemplo, quando ocorrem ações na comunidade, sempre tratam negros pobres e trabalhadores como suspeitos, pessoas que são sistematicamente mortas pela polícia. Ou quando uma pessoa negra sai à rua, passa por um branco e este, automaticamente, esconde a bolsa, como se o negro fosse roubá-lo", descreve Nascimento.

Sobre a ascensão da direita para a Presidência do Brasil, o pesquisador já afirmava que havia a possibilidade de se criarem leis para que o racismo seja legitimado.

"As instituições brasileiras são estruturalmente racistas, por tratarem a população pan-africana diferente dos não brancos. Com isso, sendo chefe do Executivo, o presidente poderá dar o aval para que (o racismo) seja ratificado", diz. "E o pior: a grande massa, infelizmente, o apoiará, por consentirem com seus ideais. Somente com uma grande pressão popular, a exemplo dos EUA na década de 1960, é que esse cenário mudaria", afirmou.



capacitar comissão

é racismo

Lei nº 12.990, de junho de 2014, determina a reserva de 20% das vagas em concursos no âmbito federal para negros. Para aferir a veracidade da autodeclaração (daqueles que se declaram pretos ou pardos na hora da inscricão), normativas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 2016 e 2017, determinaram a composição de Comissões de Heteroidentificação para aferir se o candidato corresponde ao fenótipo da política em questão.

Na UFRJ, essa comissão foi constituída pela Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) em 2016 com o nome de Comissão Especial de Aferição de Autodeclaração, atuando inicialmente em dois concursos (editais 293, de agosto de 2016, e 455, de julho de

2017), e envolveram centenas de

Bem-sucedida, a Comissão de Heteroidentificação (assim denominada na UFRJ desde a normativa de abril de 2018) consolidou um modelo de aferição que se tornou exemplo para outras universidades. Mas seus membros foram além das normativas do Ministério do Planejamento, e, em março, constituíram a Câmara de Políticas Raciais do Fórum Permanente de Políticas de Pessoal da UFRJ.

Inicialmente a comissão era composta por 16 membros, mas dobrou de número de acordo com a demanda dos concursos. Com o aumento de participantes, os coordenadores constataram que era necessário organizar oficinas preparatórias para os recém-chegados sobre temas

como a visão de militantes históricos sobre políticas de reparação e direito constitucional em relação à aferição.

Nova etapa

A partir de 2020, os candidatos a uma vaga nos cursos de graduação da UFRJ por cotas raciais passarão por uma banca de verificação. Até este ano, valia a autodeclaração de preto, pardo ou indígena, mas o número de denúncias de fraudes obrigou a universidade a adotar medida preventiva, conforme já haviam feito outras instituições federais de ensino superior pelo mesmo motivo.

Com isso, em abril, foi criada por meio de portaria a Comissão de Heteroidentificação para averiguar as denúncias de fraudes na autodeclaração.



ENTREVISTA

O que as cotas trouxeram para a UFRJ?

Denise: É importante que essas questões sejam debatidas, não só no mês de novembro, e o Sintufrj tem prestado esse serviço.

A diversidade finalmente apareceu por aqui. Eu que sou funcionária há 30 anos posso dizer que, quando entrei aqui, o quadro era bem pior. A gente não se cruzava, a gente não conversava. Hoje a gente pode perceber nos espaços da universidade, a gente percebe a diversidade.

O negro está dentro da universidade. Não com a proporção que a gente queria, mas está.

A cor da UFRJ está mudando. Lentamente, mas está mudando.

A universidade custou muito a entrar nesse debate.

Denise, qual a função dessa Comissão de Heteroidentificação, para que serve e por que surgiu?

Denise: A gente precisa dividir o processo de heteroidentificação em dois momentos. O primeiro momento é a apuração das fraudes. Como eu disse, chegaram várias denúncias, através da Ouvidoria, através da Defensoria...

É para quem fraudou o quê?

Denise: É para quem entrou indevidamente pela Lei de Cotas.

Então, a pessoa se autodeclarava e não havia checagem, é isso?

Denise: Isso. A UFRJ foi uma das últimas, quiçá a última, a tomar essa posição de fazer a heteroidentificação.

Então, são dois momentos. O primeiro momento é a questão das fraudes. Nós agora estamos trabalhando sobre essas fraudes, mais de 230 casos estão sendo investigados, a gente está apurando, e brevemente enviaremos os relatórios para a Procuradoria para que providências sejam tomadas. O ponto 2 é a Comissão de Heteroidentificação que vai ser formada no processo de 2020, que é no ano que vem. As pessoas dessa comissão estão passando por um curso de capacitação, e será formada por técnicos, alunos e professores. A gente quer uma comissão paritária, para que a gente possa aferir, heteroidentificar os autodeclarados.

Então, são dois momentos, para que

a gente não confunda, porque se fala em heteroidentificação e parece que é uma coisa só. Existe a apuração das fraudes, que é um processo que vai continuar. Com a instalação da comissão para 2020, a gente precisa coibir isso, a gente pensa que o número de fraudes vai ser bem menor, mas é uma comissão que permanece. E com a Comissão de Heteroidentificação que vai ser implantada ano que vem—com o final desse curso de capacitação, que termina agora, dia 13, que é a última aula — a gente pretende formar uma comissão heterogênea, que possa se debruçar sobre esse tema.

Essa comissão, que está olhando para trás (para as denúncias de fraude), em que etapa ela está?

Denise: Bom, eu saí da nossa sala na comissão ainda agora, e nós temos 72 relatórios para fechar de alunos não aptos que a gente precisa encaminhar para a PR-1 ou para a Procuradoria diretamente. Nós estamos instalados na PR-1, que vem sendo uma parceira incondicional, diferentemente de anos anteriores. A PR-1 se posicionou e está fazendo valer, de verdade, parceira da comissão, porque eu acho que a Administração Central tem que ser parceira dessa discussão, tem que entrar positivamente para que a gente possa ter resultados.

Se a universidade se cala, se omite, o que aconteceu durante todos esses anos, a gente não consegue efetivamente ir a lugar nenhum.

O que vai acontecer com essas pessoas que serão identificadas como em situação de irregularidade? São pessoas que já se formaram, que estão se formando? Qual é a situação?

Denise: Sim, existem pessoas que já estão há bastante tempo inseridas, porque a universidade demorou muito para se posicionar, são pessoas de 2011, 2012. Muitas já estão formadas e outras estão no final da graduação, mas existe também quem esteja no meio do curso.

A Comissão Heteroidentificação considera apta ou não apta. E agora vai existir uma nova comissão executiva para que a gente possa passar pelo CEG (Conselho de Ensino de Graduação), para que ele dê o posicionamento final. Porque, quando se trata de aluno, é preciso



que esse conselho se posicione.

Então, o que acontece com essas pessoas não se esgota nessa comissão, segue para o colegiado?

Denise: Como tudo na universidade, deve passar pelo colegiado, como é de lei na UFRJ, e o CEG é o colegiado que tem os olhos voltados para as atividades acadêmicas nessa universidade. A comissão propõe algumas medidas que serão chanceladas ou não pelo CEG. Semana passada postamos o edital, e nelejá consta a heteroidentificação. E isso é bom, porque os alunos já saberão de antemão que se autodeclarar negro significa estar propenso a passar por uma banca, que não tem nada de tribunal racial, é simplesmente para heteroidentificar o que disse o aluno, se é verdade ou se não é verdade.

Isso significa que quem está fazendo o Enemagora passará por isso caso venha para a UFRJ?

Denise: Sim, o edital já vai estar bem explícito nesse sentido: existirá uma comissão de heteroidentificação. Então, para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas, haverá um tratamento todo especial.

J.S.: Você pode nos explicar em que momento essa verificação vai se dar e quais são os elementos que ela vai trabalhar para caracterizar o candidato?

ENTREVISTA

Denise: Essa comissão deve trabalhar no mês de fevereiro - estamos apenas esperando o calendário do Sisu para organizar, mas é fevereiro. E só tem um critério: fenótipo. Você precisa trazer tracos na sua identidade. Tipo de cabelo, nariz, boca, cor da pele, é um conjunto de traços fenotípicos. Não existe ancestralidade de avó, de mãe, é bom que isso figue muito bem colocado, porque as pessoas associam a pobreza à negritude. "Sou pobre, então tenho direito à cota racial?" Não necessariamente, se você não tem traços fenotípicos, aí você não tem direito. A sua mãe é negra, mas você não puxou os traços dela, aí você não é considerado, a vaga é da sua mãe, não é sua. Certidão de Nascimento também não serve.

Quais são os elementos de prova que vocês trabalham? Essa comissão tem quantas pessoas?

Denise: A comissão (de heteroidentificação de fraudes) trabalha em número de cinco, são cinco técnicos. A gente recebe as denúncias, convoca os candidatos, eles passam por essa banca, mostram a identidade e a gente analisa os traços fenotípicos. Existe um fator preponderante que é o pardo. O pardo é, dentro do caráter de observação, o que mais nos deixa em dúvida. Mas um dado interessante que eu pequei (IBGE) é que entre 2012 e 2018 o percentual da população que se declara preta e parda aumentou, o que significa dizer que quem não era preto agora é. E os brancos (o percentual), houve uma diminuição, de 46% de brancos em 2016 baixou para 43% em 2018, o que significa dizer que esses brancos passaram a se dizer pardos, de uma forma conveniente.

Existe uma diminuição de alguns percentuais em que a gente pode fazer uma analogia de que, depois da Lei de Cotas, nesse período, entre 2012 e 2018, o número de pretos e pardos aumentou e o número de brancos deu uma caidinha. Pelo alto número de fraudes que encontramos nessa universidade, a gente sabe que esses índices não estão errados.

Você está falando da comissão que analisa as fraudes. Para quem está entrando, o método é o mesmo?



Denise: O método para quem está entrando é a autodeclaração, que não foi extinta. As pessoas vão se autodeclarar pretas e pardas e então passarão por uma verificação, por uma heteroidentificação.

E a constituição dessa comissão? Quem está dentro?

Denise: A comissão precisa ser o mais plural possível, porque não pode cometer o erro de colocar uma comissão só de pessoas pretas, nem só de pessoas pardas, nem só de pessoas brancas. Então, as comissões são formadas por homens, mulheres, pretos, pardos, brancos, para que a gente possa, ao final de cada heteroidentificação, poder discutir à luz do que cada um traz conceitualmente alicerçado no que pensa em relação a isso.

Porque, na verdade, a política pública para a cota, ela não tem muito o que se ver. A gente viu que o negro sempre foi alijado do processo, a gente tinha 2% de alunos negros na universidade (dado de 2002), assim como a gente tem 2% de professores negros na universidade. Então, se esse número hoje é de 13%, a política foi acertada. Apesar da resistência, apesar da desqualificação da política, ela foi uma política acertada. Tinha que começar pelo ensino superior, sim.

Agora, é preciso que a gente saiba que nem todo mundo entende isso. Então, é por isso que a gente precisa dessa diversidade nessa comissão, para que a gente seja o mais assertivo possível. Vão acontecer erros? Vão. Principalmente no que eu falei em relação ao pardo.

Inclusive na Bahia foi produzido um making of de como passar nas cotas na

universidade, ensinando, inclusive, o número de base, base 1, base 2. Então, as pessoas agem de uma forma tão baixa... As pessoas fazem bronzeamento artificial, as pessoas vêm com blusa de manga comprida... As pessoas tentam de toda forma manter seus privilégios. Só que esses privilégios estão em fase de encaminhamento para acabar, a gente precisa democratizar o ensino, e sem a ocupação da população negra na universidade também produzindo conhecimento isso não será possível. A universidade deve ser reflexo da sociedade diversa em que a gente vive.

A concentração das fraudes se deu em que curso(s)?

Denise: Disparadamente na Medicina. Seguido da Odontologia e do Direito. Em todos os cursos existe um ou outro denunciado, mas o primeiro processo, que teve quase 100 pessoas denunciadas, foi o da Faculdade de Medicina.

Os editais para cotas no ingresso de funcionários começaram em 2014. Houve caso de fraudes no ingresso de técnicos-administrativos em educação?

Denise: Na verdade, quando o candidato para a vaga já sabia que seria heteroidentificado, ele se autodeclarou, mas o número de faltas no dia da heteroidentificação foi muito alto, ou seja, o candidato certamente preferiu não passar por esse constrangimento. E as pessoas que vieram estavam com um sentimento de fazer valer essa lei, o que nos deixou, da comissão, muito tocados, porque, quando a gente entrava na sala de acolhimento, nós víamos que a comunidade negra finalmente acordou. Fez valer isso, e ocupou o seu lugar.

Sala de acolhimento?

Denise: Isso, o candidato chega numa sala grande para o primeiro contato, para explicar as regras gerais e saber como funciona. E primeiro a gente reivindicava que o Estado brasileiro tem uma dívida com a população negra e que essa canetada da lei não é uma canetada aleatória, é fruto de uma luta objetiva do movimento negro, que passou por uma série de etapas.



Investimentos e cotas mudam perfil da UFRJ

s investimentos e a adesão à política de cotas resultaram na democratização do acesso à universidade. Documento preliminar do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2018 apresentou a mudança:

"A expansão, acompanhada pela adesão à política de cotas, possibilitou a entrada de mais estudantes de baixa renda, de negros e de estudantes pauperizados provenientes das escolas públicas."

O documento observou que os novos cursos noturnos permitiram que mais estudantes trabalhadores ingressassem na universidade. "Os cursos criados nos novos polos (agora campi) de Macaé e Xerém (atual Duque de Caxias) e os novos cursos a distância (...) abriram mais as portas da

UFRJ para segmentos da população que enfrentavam dificuldades diversas para o ingresso no ensino superior", relatou o documento da gestão anterior.

Na pós-graduação e pesquisa (comparando o período entre 2007 e 2017), foram criados 46 novos programas, com "ampliação do diálogo com a sociedade, com foco em temas como energia (petróleo, gás, biocombustíveis, alternativas renováveis), recursos hídricos, agricultura, educação, saúde pública, territórios, reforma urbana, biodiversidade, mudanças climáticas, tecnologias, direitos humanos, cultura e arte", segundo o documento.

Entre 2008 a 2016, 27 cursos de mestrado profissional entraram em funcionamento.

Orçamento

As verbas de custeio para efetiva manutenção passaram de R\$ 1 bilhão em 2003 para R\$ 5 bilhões em 2013. A partir de 2014, o decréscimo foi constante, porém com universidades que dobraram suas matrículas.

Graduação

O número de estudantes matriculados na graduação teve crescimento de 36,7% entre 2007 e 2017.

Foram criados 37 novos cursos no período, entre os quais sete noturnos, quatro a distância, nove em Macaé e três em Xerém. O total é de 165 cursos: 161 cursos regulares e quatro na modalidade de ensino a distância.



inserção da população negra no sistema educacional e nas universidades públicas se reflete no mercado de trabalho, constata a secretária de Combate ao Racismo da CUT Nacional, Rosana Fernandes.

Segundo a dirigente cutista, os trabalhadores com menos acesso aos cursos de graduação são os que conseguem os piores trabalhos e com mais baixa remuneração.

"A gente precisa ter de fato uma política que seja de Estado e não de governo para não acontecer o que está ocorrendo agora com o governo Bolsonaro, que adotou, como um de seus primeiros projetos, tirar recursos da educação e da saúde", acrescentou Rosana.

A dirigente cutista foi uma das debatedoras do tema "O Negro na Universidade", na roda de conversa promovida pelo Sintufrj, nas escadarias do Centro de Ciências da Saúde (CCS), na terça-feira, 19. A atividade fez parte do calendário de eventos pelo Dia da Consciência Negra.

Política de cotas raciais, permanência do negro na universidade e meca-

nismos de aferição da autodeclaração estiveram no centro da discussão, da qual também participaram o sociólogo e doutorando do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj, Wescrey Pereira, e o estudante de História da UFRJ e integrante do Coletivo Enegrecer, Ygor Martins.

Fercar conferiu cor especial ao evento no CCS

"Não é por acaso que os jovens negros têm 2,5 vezes mais chances de morrer que os jovens brancos, que mulheres negras recebem menos que homens e mulheres brancas", disse Ygor, apontando os muitos desafios à permanência do negro no espaço universitário.

Wescrey Pereira reconhece que hoje se consegue ver pessoas negras transitando nos campi e o aumento dos coletivos negros nos cursos de graduação, e pela primeira vez na história, os negros como maioria nas universidades públicas, o que é importante comemorar. Mas ele chama atenção para o fato de que o avanço da presença da população negra estudantil não se reflete de forma homogênea em todos os cursos.

Atividades

No dia 18 de novembro, o Sintufrj realizou ação-relâmpago na escadaria do CCS e organizou uma dinâmica coletiva com servidores e estudantes para incentivar a reflexão sobre os efeitos do racismo no Brasil.

Na terça-feira, 26 de novembro, ainda dentro da programação do mês da Consciência Negra, o Sintufrj organizou o debate "As Múltiplas Violências no Trabalho Contemporâneo: Racismo, Machismo, LGBTfobia e Assédio Moral". Participaram Renata Souza (deputada estadual pelo PSOL), Guilherme Almeida, Ludmila Fontenele e Alzira Guarany, da Escola de Serviço Social da UFRJ.



Mulheres negras são apenas 2% no Congresso



DEBATE "Mulheres Negras, Política e Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo"

populações pobres da periferia.

Ao longo do ano, várias informações sobre o universo da mulher foram veiculadas. Em dezembro, fechamos o ano divulgando a violência contra a mulher, com o Brasil ocupando a quinta posição em homicídios de mulheres entre 83 nações. Em março deste ano, voltamos à pauta denunciando o aumento da violência contra a mulher, sendo as pretas e pardas mais vitimadas do que as brancas, e as jovens mais do que as velhas. E a maioria das mulheres continua sendo vítima de violência dentro de casa.

mulher, denunciou a violência e a discriminação e destacou o assassinato

da vereadora Marielle Franco (PSOL), mulher negra, bissexual e que lutava

pelos direitos e pela dignidade das

Os dados foram de levantamento do Datafolha, feito em fevereiro de 2019, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), para avaliar o impacto da violência contra as mulheres no Brasil.

A segunda edição da pesquisa "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil" demonstra que as experiências de assédio e violência física e psicológica sofridas pelas mulheres nas pesquisas de 2017 e 2019 não tiveram redução. O país continuou recordista em índices de violência.

O Sintufrj participou em abril do debate "Mulheres Negras, Política e Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo", promovido pela campanha Mulheres Negras Decidem.

O debate, no anexo da Escola de Serviço Social da UFRJ, fez parte do evento Jornadas Universitárias de Combate ao Racismo e Promoção da Equidade.

A ativista da campanha, Tainah Pereira, inquiriu: "Como engajar mulheres negras no debate eleitoral e na política institucional? Somos mais de 27% da população brasileira e apenas 2% no Congresso Nacional". Segundo ela, a invisibilidade da mulher negra é grande, pois mulheres negras ainda são pouco ouvidas, e muitas pesquisas de órgãos oficiais não fazem recorte racial e de gênero.

Como exemplo de baixas estatísticas, a ativista apresentou dados da eleição de 2014. Nesse ano, a elegibilidade total de mulheres negras para o Legislativo foi de apenas 1,6%, e apenas 2,51% das despesas de todos os candidatos ao Legislativo estavam relacionados a candidaturas de mulheres negras.



edição do Atlas da Violência 2019, elaborado pelo Ipea e pelo Fórum de Segurança Pública, aponta que mais de 75% de vítimas de assassinato em 2017 eram indivíduos negros, e mais da metade, de jovens entre 15 e 29 anos.

Nos sete primeiros meses deste ano, 1.075 pessoas foram mortas no Rio de Janeiro em decorrência da política de segurança adotada pela polícia no governo de Wilson Witzel. O número é do Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão do próprio governo estadual.

O professor do Departamento de Segurança Pública da UFF, Lenin Pires, especialista da área, afirma que a realidade do Rio de Janeiro não está desvinculada do cenário do país. Mas destaca como dramáticos os números de mortes decorrentes de operações policiais no estado, especialmente dos jovens negros da periferia.

A entrevista foi concedida ao programa **Sintufrj Linha Direta**, um dia antes (19 de agosto) de mais uma tragédia acontecer no Rio: o sequestro de

um ônibus no qual o autor de 20 anos foi abatido por um atirador de elite. A utilização de *snipers* nas operações é defendida por Witzel.

Negros dizimados

Lenin Pires afirma que os números do Rio de Janeiro não estão desvinculados da realidade do país, que vêm num crescente desde 2007, segundo os dados do *Atlas da Violência*. O professor destaca no estudo o que denomina a "dizimação" de jovens negros nas periferias.

"Só para ter uma ideia, dos jovens de 15 a 19 anos que morreram em 2017, mais de 50% foram vítimas de homicídio. Nós temos um processo nacional de dizimação da juventude, e essa juventude tem cor. É a juventude negra que vive nas periferias da região metropolitana", diz o professor.

No Rio de Janeiro, a intervenção militar no governo Temer aumentou as operações nas favelas e periferias e, por conseguinte, produziu mais mortes. Tais operações foram retomadas por Witzel.

"Os números são dramáticos. Só este ano já se produziu mais da metade

dos procedimentos do ano passado – foram quase mil e quinhentas mortes", constata o especialista.

Extermínio

Lenin Pires é categórico ao afirmar a inexistência de uma política de segurança pública. "Política de segurança pública que de segurança pública não tem nada. É política de repressão".

E, para além de ser uma política de repressão, torna-se uma política de extermínio. "São os jovens que estão morrendo, deixando para trás mães, em alguns casos, esposas, filhos". Segundo Lenin, estimativas do Ipea e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que essa juventude será reduzida em 25% até 2030.

"E tudo dito como uma política pública, mas é uma política de extermínio que está a serviço de despossuir da classe trabalhadora ou os segmentos populares aquilo que só eles têm, que são as pessoas. É isso que está em curso. Com pessoas de cor negra, pobres, faveladas", finaliza.

O racismo mostra a sua cara

Dia da Consciência Negra, celebrado tradicionalmente em 20 de novembro com manifestações culturais e em defesa dos direitos das populações negras pelo país, foi marcado por atos de intolerância, violência e ódio. É o racismo manifestado do governo Bolsonaro e seus seguidores que mostra sua face mais covarde e cruel.

O primeiro se deu na Câmara dos Deputados, na tarde de 19 de novembro, na abertura da exposição oficial da Casa, "Resistir no Brasil", que exalta a existência negra e a resistência negra no país. O deputado do PSL-SP Coronel Tadeu quebrou a placa que continha ilustração de Carlos Latuff que denunciava o genocídio da população negra.

Em carta ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ele expôs sua interpretação: "Conforme se verifica do conteúdo da imagem, há a absurda atribuição da responsabilidade pelo genocídio da população negra aos militares, prestando-se, assim, verdadeiro desserviço junto à população que trafega pelas dependências da

Câmara, retratando negativamente o salutar papel dos policiais militares para a manutenção da ordem pública no nosso país".

O segundo e o terceiro ato foram no próprio dia 20. Durante o dia, o professor de jornalismo da Unesp Bauru Juarez Xavier foi chamado de macaco e esfaqueado na rua. É uma situação clássica de racismo, diz o professor, que é militante do movimento negro, "e ainda existe na sociedade brasileira e se manifesta, muitas vezes, de forma violenta".

Não é o primeiro caso de racismo do qual o professor é vítima. Quando aluno, sofreu preconceito, e teve sua primeira experiência com ataques racistas como professor em 2015. Num dos banheiros da Unesp Bauru a frase "Juarez macaco" foi pichada. Já à noite, um grupo de fascistas ligados a um movimento ultraconservador católico – cerca de 20 pessoas, homens vestindo terno e mulheres de véu – tentou impedir a realização de missa africana na Igreja Sagrado Coração, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

A missa, realizada há 15 anos, tem cantos afro e toque de atabaques para celebrar o sincretismo de religiões de matrizes africanas e católica. A missa acabou acontecendo, mas o grupo permaneceu na igreja, filmando a cerimônia.





Mulheres negras são mais ainda discriminadas

s mulheres negras, que reúnem pretas e pardas, formam o maior grupo da população. Somam quase 60 milhões de pessoas – 28% dos brasileiros, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de serem maioria, elas estão longe de alcançar uma cidadania plena. Em termos de direitos, renda e trabalho, são penalizadas por serem negras e mulheres.

A taxa de desemprego entre as mulheres negras é de 16,6%, o dobro da verificada entre homens brancos (8,3%) e maior do que entre as brancas (11%) e homens negros (12,1%), segundo levantamento feito com base na média dos últimos quatro trimestres da Pnad Contínua.

Da mesma forma, mulheres negras

têm um rendimento médio real de R\$ 1.476 — menos da metade da renda do homem branco, que é R\$ 3.364. Acima delas também estão os homens negros, que ganham R\$ 1.849, e em seguida as brancas, que recebem R\$ 2.529.

"Ela sofre primeiro por ser negra e depois por ser mulher. A questão racial é determinante na sociedade brasileira", diz a fundadora do movimento Black Money, Nina Silva.

A inclusão de gênero não tem contemplado a mulher negra. As brancas ainda têm muitos desafios de ascensão, mas as negras nem sequer foram inseridas. Nos quadros executivos das maiores empresas do Brasil, a presença de mulheres negras é de apenas 0,4%, segundo pesquisa do Instituto Ethos de 2015. E mesmo estas sofrem a solidão de gênero e raça.

O percentual sobe para 13,4%

quando são consideradas mulheres de todas as cores.

Desalento

A crise tem afetado de forma desproporcional as mulheres negras, o que fica evidente no desalento (pessoas que desistiram de buscar emprego). As mulheres negras são 1,89 milhão – mais do que o triplo do número de homens brancos desalentados.

Lar

Em ocupações mais relacionadas ao trabalho doméstico, quase 20% das mulheres negras ocupadas trabalham com serviços domésticos, taxa que cai para cerca de 10% entre brancas. A ocupação nem sequer aparece entre as 20 primeiras para homens brancos ou negros.

Fonte: Folha Uol



Trabalho: negros recebem menos

rabalhadores negros enfrentam mais dificuldade de encontrar um emprego se comparados a trabalhadores brancos, mesmo quando possuem a mesma qualificação. Quando trabalham, recebem até 31% menos. Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A renda média domiciliar per capita dos pretos ou pardos foi de R\$ 934 em 2018, metade do que era recebido pelos brancos (R\$ 1.846). Em todos os níveis de instrução, a taxa de desemprego é significativamente mais elevada entre a população preta ou parda do que entre a população que se autodeclara branca.

Entre os que têm ensino superior completo, a taxa de desemprego é de 5,5% para os brancos, mas sobe a 7,1% entre pretos e pardos. Na faixa com ensino médio completo ou superior incompleto, os brancos têm taxa de desemprego de 11,3% contra 15,4% dos pretos e pardos.

Quando conseguem emprego, o salário permanece desigual. Em 2018, os trabalhadores ocupados de cor branca tinham rendimento por hora trabalhada superior ao da população preta ou parda em todos os níveis de instrução. A maior diferença foi no nível de instrução mais elevado, com ensino superior completo: os brancos recebiam R\$ 32,80, 45% a mais que os R\$ 22,70 recebidos por pretos e pardos.

Os brasileiros mais ricos são majoritariamente brancos: 70,6% entre os 10% com maior rendimento domiciliar per capita. Pretos e pardos: 27,7%. A situação se inverte no outro extremo, na faixa de 10% mais pobres: 75,2% são pretos ou pardos. Brancos: 23,7%.

Mercado

No mercado de trabalho, apesar de representarem mais da metade da força de trabalho (55%), pretos e pardos são praticamente dois terços (66%) dos desocupados e dos subutilizados. A taxa de desocupação também é maior entre eles (14,1%) do que entre os brancos (9,5%).

Na informalidade, quase metade dos pretos e pardos (47%) se encontravam nessa situação ano passado. Entre os brancos a taxa é de 35%.

Renda

Entre os mais ricos e mais pobres, o estudo mostra que, de cada quatro pessoas no grupo dos 10% com menores rendimentos, três são pretas ou pardas e uma é branca. Entre os 10% mais ricos, a proporção praticamente se inverte.

> Fonte: IBGE e informações de Eduardo Cucolo, Folha de São Paulo

INFLUÊNCIA

Manual antirracista

jamila Ribeiro, 39 anos, é filósofa, mestre em Filosofia Política, escritora e ativista negra com milhares de seguidores nas redes sociais. Eleita recentemente uma das 100 mulheres mais influentes e inspiradoras do mundo pela BBC, lançou o *Pequeno Manual Antirracista*, para entender as origens do racismo e saber como combatê-lo.

Composto de 11 capítulos curtos, o manual é dirigido para negros e brancos. "As pessoas brancas precisam entender as origens sociais do racismo, acham que o racismo é um problema dos negros. Não entendem que é um problema das pessoas brancas também, é um problema da sociedade. E é um livro importante também para nós, negros, porque temos acesso a reflexões críticas", pontua Djamila.

Consciência

"É fundamental que as pessoas que vêm de um grupo social marcado pelo privilégio entendam que existem outros grupos, que o mundo não se forma apenas a partir das elaborações de homens brancos heterossexuais. Nós estamos lutando pela queda dessas hierarquias", afirma a ativista.

"Se pessoas negras são discriminadas, existe um grupo que está se beneficiando dessa opressão. E não entendem que discutir racismo também é discutir branquitude, não só negritude. Debater gênero não é só debater o feminino, mas também a masculinidade. E como, dos nossos lugares, devemos discutir esses temas visando encontrar saídas emancipatórias", reflete Djamila.



Exaltação à Mangueira

A Verde e Rosa, ao completar 20 anos em abril de 2018, foi homenageada pelo Sintufrj. A escola de samba transformou-se num símbolo cultural carioca e é a Estação Primeira no coração do povo. Mangueira é conhecida como berço do samba, de passistas, ritmistas e antológicos casais de mestre-sala e porta-bandeira.

O Morro da Mangueira foi formado por famílias expulsas dos cortiços do Centro da Cidade, gente pobre, quase em sua totalidade negros, filhos e netos de escravos. Foi na Mangueira que o samba nasceu a partir de 1900. Antes disso, a população do morro cantava e dançava o jongo e os lundus do folclore ou os maxixes que aprendiam nas festas da Igreja da Penha.



MANGUEIRA. Famosa comunidade carioca



No computador, no tablet e no celular

Acesse www.sintufrj.org.br







Inscreva-se no canal do Sintufrj no YouTube sintufrj ufrj





